



Comissão quer esclarecimentos do Exército sobre suposto manual de espionagem 3



José Cruz/Senado Federal

Vanessa Grazziotin coordena debate entre Paulo Brandão (E), do Ministério da Defesa, e Arnaldo Godoy, da AGU

Governo vê descontrole em terras da Amazônia

O Brasil precisa aumentar a restrição e ter mais controle sobre a compra de terras por estrangeiros na Amazônia. O alerta foi feito pelo consultor-geral da

Advocacia-Geral da União (AGU), Arnaldo Sampaio Godoy, e pelo assessor do Ministério da Defesa, Paulo Brandão, durante debate na quinta-feira. 5

Senado ouve MST e CNBB sobre Código Florestal

Representantes de índios e quilombolas também estão entre os grupos contrários ao projeto que participam de audiência hoje na Comissão de Direitos Humanos

A reforma do Código Florestal será debatida por grupos que, em geral, têm apresentado críticas ao texto que tramita no Congresso. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil já até mencionou pontos que, na opinião da entidade, precisam ser alterados para garantir o uso sustentável das florestas. 4

Senadores repercutem troca no Ministério do Esporte 8

Vítima de enchente poderá ter acesso a seguro especial

Trabalhador prejudicado por calamidade natural poderá ter direito a seguro de emergência, conforme projeto aprovado quinta-feira pela CRA. 5



Gerardo Magela/Senado Federal

Em audiência, Paulo Paim mostra texto do Jornal do Senado sobre a doença

Doentes de anemia falciforme pedem ao governo mais ações

Na Comissão de Direitos Humanos, debatedores disseram que faltam programas nos ministérios do Trabalho, da Previdência e do Esporte. 6



Márcio Kallme/Senado Federal

Ao lado de Waldemir Moka (E), Acir Gurgacz dirige reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Comissão condiciona asfalto a rede subterrânea de serviços 7

Desenvolvimento humano é visto como prioridade

Debatedores sugerem ao governo que procure aumentar o índice de desenvolvimento humano em vez do produto interno bruto. 7



Ano Volpe/Senado Federal

"Desenvolvimento é diferente de crescimento econômico", afirma na audiência Esther de Albuquerque, da Presidência da República, citando o economista Celso Furtado

"Nenhum projeto da democracia foi tão atacado quanto a TV pública", diz Tereza Cruvinel, presidente da empresa que está completando quatro anos



Sarney elogia trabalho da EBC, ao lado da presidente Tereza Cruvinel (E): "Casa aberta aos brasileiros"

Para Sarney, EBC democratiza produção audiovisual no país

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou na quinta-feira da apresentação do balanço 2007-2011 da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), grupo federal que reúne a Radiobrás, a TV Brasil, a TV NBR e a Agência Brasil.

Na solenidade, em Brasília, Sarney disse que o sistema público de comunicação presta "um relevante serviço ao povo".

– Fiquei profundamente impressionado com o que foi construído em apenas quatro anos – afirmou.

Segundo o senador, a EBC ajuda a democratizar o setor de audiovisual no Brasil, já que 40% da programação de TV

vem de produções independentes.

José Sarney elogiou o trabalho dos funcionários e da presidente da EBC, Tereza Cruvinel.

– Conhecíamos o trabalho dela como jornalista, com um texto antológico, mas não sabíamos que ela era tão boa administradora.

A presidente da EBC afirmou que, apesar da criação de uma rede pública de comunicação ser uma antiga demanda da sociedade, a empresa ainda enfrenta resistência.

– Nenhum projeto da democracia foi tão atacado quanto a TV pública.



Doris Peixoto discursa no evento em que se divulgaram os nomes dos trabalhos que serão publicados

Nove servidores da Casa têm trabalhos escolhidos para fazer parte de publicação

Nove trabalhos científicos de servidores do Senado foram selecionados para compor o acervo da 2ª edição da Coleção de Teses, Dissertações e Monografias dos Servidores do Senado Federal.

Na quinta-feira, foram divulgadas, em cerimônia na Presidência do Senado, as quatro monografias de graduação e pós-graduação, as três dissertações de mestrado e as duas teses de doutorado selecionadas.

A seleção levou em consideração a relevância dos temas para o Senado e a qualidade acadêmica dos textos. Os trabalhos foram aprovados em instituições de ensino superior.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, afirmou que servidores valorizados e capacitados são condição indispensável para a modernização administrativa da Casa. A tiragem de cada publicação vencedora será de 300 exemplares.

Com 40 anos de serviços, funcionários mais antigos do Senado ganham homenagem

Com quatro décadas de serviços prestados, os dois servidores mais antigos em atividade do Senado foram homenageados na quinta-feira passada – véspera do Dia do Servidor Público.

Numa cerimônia informal na Diretoria-Geral, José Farias Maranhão, diretor da Subsecretaria Industrial, e Aneide Rocha Correia, assistente técnica no gabinete de Valdir Raupp (PMDB-RO), receberam uma

placa de reconhecimento pela dedicação de 40 anos.

Maranhão faz parte do quadro de servidores do Senado desde 1967, quatro anos antes da colega Aneide, que passou a integrá-lo em 1971.

Ambos iniciaram suas carreiras no antigo Centro Gráfico, hoje Secretaria Especial de Editoração e Publicações, conhecida como Gráfica do Senado.

Por serviços prestados à cidadania, OAB do DF dá medalha ao presidente do Senado

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal, Francisco Queiroz Caputo Neto, entregou quinta-feira ao presidente do Senado, José Sarney, a Medalha Miranda Lima, comenda instituída pela entidade para agraciar personalidades que prestaram relevantes serviços à seccional, à Justiça, ao Direito e à cidadania.

– Ele sempre prestigiou a advocacia e sempre trabalhou para o engrandecimento da Ordem dos Advogados do Brasil – afirmou Caputo Neto, ressaltando que o nome de Sarney foi aprovado por unanimidade pelo conselho

diretor da OAB-DF.

O advogado também elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar constitucional o exame aplicado pela entidade aos bacharéis de Direito. A corte decidiu na última quarta-feira, por unanimidade, manter a exigência de aprovação na prova para o exercício da advocacia.

Segundo Caputo Neto, José Sarney disse durante a reunião na sala de audiências da Presidência do Senado que concorda com a decisão da corte.

– Ele acha que o exame da Ordem é um instrumento de proteção de toda a sociedade – disse o advogado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Pronunciamentos de senadores

14h Sem votação de projetos, a sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores e a comunicados da Mesa.

CDH Direitos humanos e o Código Florestal

9h A Comissão de Direitos Humanos promove audiência sobre o Código Florestal. Entre os convidados, o representante do Instituto Socioambiental, Raul Silva Telles do Valle.

Terça-feira

CMA Preservação da serra da Canastra

8h30 Audiência da Comissão de Meio Ambiente debate a criação de área de proteção ambiental da serra da Canastra. O presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio), Rômulo Mello, é convidado.

CDH Planos de saúde após o fim do contrato

9h A manutenção dos planos de saúde corporativos após o término do contrato será debatida na Comissão de Direitos Humanos. Entre os participantes, o presidente do TCU, Benjamin Zymler.

CMO Relatórios preliminares

10h A Comissão Mista de Orçamento vota relatórios preliminares do Orçamento de 2012 e do Plano Plurianual 2012-2015.

CAE Acesso de cooperativas ao FAT

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota, entre outros, projeto que autoriza o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).

CDR Habitação de interesse social

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo examina projeto que permite a dedução, no Imposto de Renda, das doações ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

CMMC Baixo carbono

14h O Plano de Agricultura de Baixo Carbono será debatido na Comissão sobre Mudanças Climáticas com representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, entre outros.

Quarta-feira Feriado

Quinta-feira

Plenário Sessão deliberativa

9h A pauta de votações dependerá das deliberações de terça-feira.

Sexta-feira

Código Penal Reunião administrativa

14h Reunião administrativa da Comissão de Reforma do Código Penal com a participação de membros da Subcomissão Especial de Crimes e Penas da Câmara dos Deputados.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao – Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão aprovou pedido para que ministro confirme ou não se Exército elaborou normas para espionar cidadãos; informação foi publicada por revista

Collor: abertura da nova lei de documentos públicos é excessiva

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) manifestou-se na quinta-feira sobre o projeto da lei de Acesso às Informações Públicas, aprovado no dia anterior em Plenário e aguardando sanção. O assunto foi levantado pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), que afirmou que a futura lei será "a primeira e única do mundo" a permitir completo acesso ao conteúdo integral de todos os documentos públicos, sem exceções.

– Se isso é realmente positivo, o Brasil tornou-se de fato vanguarda. Porém, somente num futuro breve descobriremos os potenciais efeitos dessa nova legislação que acabamos de aprovar – disse. O texto substitutivo apresentado por Collor ao projeto original (PLC 41/10) foi derrotado na votação.

O presidente da CRE queria prever como regra uma única possibilidade de prorrogação do prazo de 25 anos de sigilo para informações ultrassecretas, com exceção de quando o sigilo fosse considerado imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, caso em que não haveria esse limite.

O projeto original do Executivo (PLC 41/10) previa a possibilidade de prorrogações sucessivas do prazo de sigilo. Mas o texto foi aprovado como saiu da Câmara, definindo que só poderá haver uma prorrogação.

Collor disse que "as principais

democracias adotam salvaguardas, ressalvas ou exceções para determinadas questões de Estado". Citou a mais recente lei dos Estados Unidos e a da União Européia e leu trecho de norma em vigor na Alemanha, com ressalvas para um conjunto de temas, inclusive para os que possam causar prejuízos às relações internacionais e à segurança interna e externa.

O senador disse também que, ao contrário do que afirmam alguns segmentos da imprensa, o acesso à informação pública já existe no país, com normas na própria Constituição e ainda por meio de duas leis que ele próprio sancionou em 1991 (Lei 8.159 e Lei 8.394) e suas regulamentações.

Ana Amélia Lemos (PP-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) concordaram que, nos temas vindos da Câmara, o tempo de discussão tem sido muito curto no Senado. Cristovam criticou ainda o fato de temas de destaque serem apreciados na Casa apenas com votos de líderes, por acordo.

– Temos de repensar esse sistema de votações açodadas.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) ponderou que, apesar das controvérsias, um ponto foi pacífico tanto na Câmara quanto no Senado: os documentos públicos relativos aos direitos humanos não devem ser submetidos a qualquer grau de sigilo.

Presidente da CRE diz temer divulgação de informação que possa prejudicar a segurança nacional

Presidente do Parlamento da Hungria visita o Senado

O presidente do Parlamento húngaro, László Kövér, visitou na quinta-feira o Senado brasileiro, onde se encontrou com o presidente e a vice-presidente da Casa, José Sarney e Marta Suplicy. Ao defender o estreitamento dos laços entre os dois países, Kövér ressaltou que sua

vinda prepara a visita do ministro da Economia daquele país, prevista para o ano que vem. Ele também disse que, "em tempos de crise como este, é preciso dar atenção a países de outras regiões, como é o caso do Brasil, que tem importância estratégica".



László Kövér se encontrou na quinta com Marta Suplicy e José Sarney

Aloysio quer esclarecimento sobre manual de espionagem

O SENADO ESTUDA pedir informações ao ministro da Defesa, Celso Amorim, sobre a existência do *Manual de Campanha – Contra-Inteligência*, elaborado pelo Exército, que conteria normas e instruções de espionagem de cidadãos comuns.

A existência do manual foi noticiada pela revista *Carta Capital* em 19 de outubro, numa reportagem intitulada "Paranoia verde-oliva".

O requerimento de pedido de informações é do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) e foi aprovado na quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O requerimento terá que passar pela Mesa do Senado e, se for aprovado lá, será encaminhado ao Ministério da Defesa.

Aloysio quer que o ministro confirme, ou não, a existência do manual. Em caso de resposta afirmativa, o senador quer que

ele diga se pretende manter em vigor as orientações. Por último, Aloysio pede que o ministro informe se a Marinha e a Aeronáutica têm manuais do mesmo gênero.

Segundo a revista, o manual foi produzido em 2009, no governo Lula, com apoio do então ministro da Defesa, Nelson Jobim. O texto foi classificado internamente como "reservado".

Ainda de acordo com a reportagem, o manual elaborado pelo Exército lista como potenciais inimigos – definidos como "forças/elementos adversos" – praticamente toda a população não fardada do país e os estrangeiros.

Os generais, informa a revista, ainda não se despiram "da prática de espionar a vida do cidadãos comuns". Haveria citações genéricas a movimentos sociais, ONGs e demais órgãos governamentais, de "cunho



Aloysio Nunes apresentou requerimento para que se ouça ministro da Defesa

ideológico ou não".

Conforme a reportagem da revista *Carta Capital*, "trata-se de um conjunto de normas e orientações técnicas que reúne, em um só universo, todas as paranoias de segurança herdadas da Guerra Fria".

Comissão aprova embaixador para o Azerbaijão

A CRE aprovou quinta-feira Sérgio de Souza Fontes Arruda para chefiar a embaixada do Brasil no Azerbaijão, e a indicação será encaminhada agora a Plenário, para decisão final. A indicação de Sérgio Arruda, que desde 2008 ocupa a embaixada brasileira em Kuala Lumpur, Malásia, foi examinada por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O Azerbaijão recuperou sua independência em 1991, após 70 anos de dominação soviética. Aos senadores, Sérgio Arruda salientou que o país depende fundamentalmente da riqueza

gerada pelas reservas de petróleo, mas que vem se esforçando para diversificar sua economia, o que abre espaço para o incremento das relações comerciais com o Brasil. Conforme disse, o patamar dos negócios ainda é modesto, da ordem de US\$ 22 bilhões, com maior participação das exportações brasileiras.

O diplomata observou que o Azerbaijão está situado em posição estratégica para a geopolítica regional e até para o próprio jogo entre as grandes potências. Ele ressaltou que o país busca manter relações de

equilíbrio com a Rússia, apesar de ressentimentos do período de dominação; a Turquia, de crescente influência regional; e o Irã, mesmo com conflito sobre repartição dos recursos energéticos do mar Cáspio. E supre 20% de todo o petróleo que Israel consome.

– É uma geopolítica complexa, com fatores históricos, étnicos e religiosos associados a interesses econômicos – disse Arruda.



Collor (C) ouve Arruda na sabatina ao lado de Padilha, indicado para Cabo Verde



Fonte: CIA World Factbook e IBGE

Indicado para Cabo Verde também é aprovado

João Inácio Oswald Padilha, indicado para ser embaixador do Brasil em Cabo Verde, também foi aprovado quinta-feira pela CRE. O país é um arquipélago constituído por dez ilhas no Oceano Atlântico, a 640 quilômetros da costa do Senegal. A indicação foi relatada por Cristovam Buarque (PDT-DF).

Padilha lembrou que Cabo Verde se notabilizou como entreposto comercial no período das Grandes Navegações e renovou esse papel no século passado, por conta da necessidade de reabastecimento em vôos transatlânticos. Mesmo com o ganho de autonomia dos vôos, ele disse que o governo do país ainda vê espaço para consolidar

essa vantagem geoestratégica e conta com o apoio do Brasil.

O diplomata destacou que Cabo Verde, junto com Botswana, onde é o atual embaixador, são reconhecidos pelos esforços para aprimorar a democracia e elevar seus indicadores sociais, que já estão entre os melhores do continente africano.

Esse esforço foi reconhecido, segundo ele, pelo fato de Cabo Verde já ter sido graduado para o patamar de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. Ainda assim, o país tem como uma de suas prioridades na política externa o adiamento da aplicação dessa classificação, feita pela ONU, de 2013 para 2015. A razão para isso é que

teria um pouco mais de tempo para desfrutar de ajuda econômica a fundo perdido.



Fonte: CIA World Factbook e IBGE



Anibal Diniz também comemora a aprovação da Comissão da Verdade

Anibal celebra lei de acesso à informação

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou quinta-feira a aprovação dos projetos da Lei do Acesso à Informação (PLC 41/10) e da criação da Comissão da Verdade (PLC 88/11). Para o senador, a aprovação é um marco importante na luta pela liberdade democrática no país.

Anibal Diniz ressaltou o fato de o projeto da Comissão da Verdade ter sido relatado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), de oposição, o que mostra que a lei não foi aprovada para beneficiar uma ou outra agremiação, mas todo o povo brasileiro.

O senador também comemorou a liberação de R\$ 700 milhões ao Acre, pelo BNDES. Ele espera que, com o empréstimo, o governo possa investir em ações de infraestrutura e na produção. A assinatura do empréstimo foi feita quinta-feira, no Palácio do Planalto, com a presença de dez governadores.



Escravidão no país envolve também crianças, segundo Paulo Davim

Davim: trabalho escravo hoje é pior do que no século 18

Os 9.772 trabalhadores resgatados pelo governo brasileiro entre 2002 e 2007 representam apenas 12,6% daqueles que exercem suas atividades em condições análogas às de um escravo. A informação foi levada ao Plenário quinta-feira por Paulo Davim (PV-RN), citando pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O levantamento informa que 67% das famílias de trabalhadores escravizados tinham crianças. Dos trabalhadores libertados, 92,6% informaram ter começado a trabalhar antes dos 16 anos. Em média, esse início se deu aos 11 anos. Já tinham sido escravizados antes 60% dos trabalhadores resgatados.

– O trabalho escravo hoje é pior do que o do século 18. Hoje, muitas vezes, o explorado é obrigado a beijar o recém que lhe açoita, porque precisa dessa condição subumana para defender sua família – afirmou Davim.

Convidados têm posições contrárias ao texto aprovado na Câmara. Participará também da audiência, hoje, na Comissão de Direitos Humanos, representante de quilombolas

Bispos, sem-terra e índios falam sobre Código Florestal

O PROJETO DE novo Código Florestal será discutido hoje, às 9h, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Foram convidados representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), de povos indígenas, quilombolas e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de especialistas. De forma geral, os convidados têm expressado posições contrárias ao relatório do então deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), atual

ministro do Esporte.

Em 21 de setembro, Dia da Árvore, o secretário-geral da CNBB, dom Leonardo Steiner – um dos convidados – mencionou vários pontos do texto (PLC 30/11) que, na avaliação da entidade, precisariam ser alterados. Na opinião dele, o novo código precisa garantir a conservação e o uso sustentável das florestas em todos os biomas brasileiros e tratar de forma diferenciada agricultores familiares e populações tradicionais.

Também estão convidados o ex-ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho; o coordenador do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental, Raul do Valle; o dirigente do MST João Paulo Santos; a representante da Articulação dos Povos Indígenas Rosane de Mattos; o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cléber Buzzato; e o coordenador nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Ivo Fonseca.



Para senador, Manaus precisa de investimentos em diversas áreas

Eduardo Braga defende extensão da Zona Franca

Eduardo Braga (PMDB-AM) saudou a decisão da presidente Dilma Rousseff de propor ao Congresso a prorrogação por mais 50 anos da Zona Franca de Manaus, além da extensão daquele modelo industrial à região metropolitana da capital amazonense.

O senador disse que a região precisa de investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia e comunicações, além de incentivos fiscais e financeiros para preparar as gerações atuais. Ele refutou críticas de que o incentivo dado ao polo industrial seria uma “risonha porta aberta a uma zona franca”. Para se ter um projeto aprovado no polo industrial, afirmou, é preciso contar com a apresentação de um processo produtivo básico, que deve ser aprovado pelos ministérios da Ciência e Tecnologia e da Indústria e Comércio.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) apoiou Eduardo Braga.

Sérgio Souza diz confiar na reforma do Código Penal

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse ter confiança em que a reforma do Código Penal estabelecerá penas mais compatíveis com a realidade atual, dando mais celeridade à Justiça e diminuindo a sensação de impunidade.

O senador destacou que assuntos como a tipificação do terrorismo e das organizações criminosas, a revisão das penas para corrupção, a criminalização ou não do aborto, a possibilidade de reduzir a maioria penal e os crimes cibernéticos terão de ser enfrentados e resolvidos na reforma.

Paim: Argentina dificulta entrada de calçado brasileiro

Paulo Paim (PT-RS) disse que muitas empresas do ramo de calçados estão enfrentando dificuldades para exportar para a Argentina. Segundo o senador, cerca de 4 milhões de pares de calçados estão parados em depósitos, aguardando liberação para entrar no país vizinho. O prejuízo é de mais de US\$ 100 milhões em 2011.

Paim informou ainda que avançaram as negociações para regulamentar as profissões de motorista (PLC 319/09) e comerciante (PLS 115/07). Ele espera que os projetos sejam votados ainda este ano.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Brasil deve investir mais em pesquisas na Antártida, apontam especialistas ouvidos em audiência pública

Com audiência pública prevista para a próxima sexta-feira, na Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR), a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) mantém agenda movimentada. Na última quarta-feira, o colegiado debateu o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), quando especialistas procuraram mostrar a importância de o governo investir mais em pesquisas na Antártida.

Segundo os debatedores, o continente antártico é um imenso laboratório natural para pesquisas sobre as mudanças climáticas no planeta. Na reunião, conduzida por Sérgio Souza (PMDB-PR), presidente da CMMC, o glaciologista Jefferson Cardia Simões, integrante do Proantar, disse que a Antártida é tão importante para o equilíbrio ambiental da Terra quando a Floresta Amazônica. Ele explicou que o continente de 14 milhões de quilômetros quadrados influencia o clima de todo o mundo.

Simões destacou que as camadas de gelo acumuladas guardam registros das mudanças climáticas no planeta nos últimos 800 mil anos. Um dos dados já provados com esse

sistema, disse, é o aumento de 40% na concentração de CO₂ na atmosfera entre o ano 1000 e o ano 2000. Ele também cobrou mais investimentos governamentais para pesquisas na Antártida e disse que o Brasil investe menos que a China, Índia e África do Sul no continente.

O secretário da Comissão Intermunicipal para os Recursos do Mar da Marinha do Brasil, contra-almirante Marcos José Ferreira, apresentou um resumo da história do Proantar, gerenciado por ele. O país está na Antártida desde 1982, quando foi iniciada a missão voltada para pesquisas científicas.

Mas foi em 1975 que o Brasil passou a fazer parte do grupo de países signatários do Tratado da Antártica, firmado em 1959 por 12 nações e que hoje conta com 48 integrantes. Desses, explicou, 28 são membros consultivos (incluindo o Brasil), participando da tomada de decisões do grupo sobre a realização de “pesquisas científicas relevantes” no continente antártico.

Ferreira disse que a missão brasileira só é possível graças à parceria entre muitas instituições, como

ministérios, Marinha, Aeronáutica, universidades e empresas estatais e privadas. Ele pediu ao governo a liberação de recursos destinados ao Proantar por emendas parlamentares que estão contingenciadas.

Jaqueline Leal Madruga, analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente, explicou que o órgão realiza monitoramento sobre mudanças climáticas na região. Ela falou em nome da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros do Ministério do Meio Ambiente, que tem por missão avaliar, prevenir e minimizar os impactos provocados pelas atividades humanas diretas no continente gelado – como os mais variados tipos de pesquisas científicas, turismo, transporte de pessoas e maquinários e quaisquer outras atividades, governamentais ou não.

O representante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártico de Pesquisas Ambientais, Edson Rodrigues, lembrou que esse é o continente mais preservado do planeta. Ele destacou a importância de monitoramentos relativos à evolução do buraco na camada de ozônio, vegetação, aves e vida marinha.



Contra-almirante Marcos Ferreira (E) fala sobre o Proantar, na CMMC, presidida por Sérgio Souza (2º à esq.)

Em debate, a agricultura de baixo carbono

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza audiência amanhã, para analisar o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e discutir ações que visem alcançar os objetivos estabelecidos na Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O ABC foi criado em junho de 2010 pelo Ministério da Agricultura. Suas ações preveem aplicação de R\$ 2 bilhões em técnicas que garantam eficiência no campo, com balanço positivo entre sequestro e emissão de dióxido de carbono e demais gases de

efeito estufa.

Para debater o assunto foram convidados Eduardo Viola, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, e representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura.

Participantes de audiência alegam que restrição e controle sobre compra de terras são questões de soberania nacional, sem resquício de xenofobia

Debate alerta sobre estrangeiros na Amazônia

O BRASIL PRECISA aumentar a restrição e ter mais controle sobre a compra de terras por estrangeiros na Amazônia. O alerta foi feito pelo consultor-geral da Advocacia-Geral da União (AGU), Arnaldo Sampaio Godoy, e pelo assessor de Políticas Estratégicas do Ministério da Defesa, capitão-de-mar-e-guerra Paulo Cezar Garcia Brandão. Eles participaram de audiência, quinta-feira, da Subcomissão Permanente da Amazônia.

O representante da AGU lembrou que a restrição à aquisição de terras por estrangeiros é comum no mundo inteiro e não há nisso nenhum resquício de xenofobia ou discriminação.

– Há países que nem sequer permitem a compra de terras por indivíduos de outras nacionalidades. Precisamos saber nas mãos de quem estão nossas terras. É uma questão estratégica, de soberania e até de segurança alimentar – opinou Arnaldo Godoy, que fez um histórico de legislações e conflitos jurídicos sobre o tema desde o século 19.

Já o representante do Ministério da Defesa ressaltou que o grande potencial de riquezas e a biodiversidade fazem da

Amazônia brasileira foco da atenção internacional, mas a presença do Estado na área é dificultada pela baixa densidade demográfica, pelas longas distâncias e pela precariedade dos transportes. Segundo Garcia Brandão, para defender a Amazônia será preciso tirá-la da insegurança jurídica causada pelo crescente conflito generalizado por conta de terras.

– Por isso, a regularização fundiária é urgente e fundamental – afirmou.

O debate foi realizado por iniciativa de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que também defendeu a necessidade de mais controle e rigor na presença de estrangeiros na região amazônica. Ela propôs a instituição de um grupo de trabalho formado por senadores e deputados para

fazer um levantamento de todos os projetos em tramitação no Congresso sobre o assunto. A intenção é atualizar a legislação existente, a partir de regras claras, sem margem a divergências de interpretação. Para isso, Vanessa convidou representantes do Executivo para integrarem o grupo.

Também participaram do debate Ana Amélia (PP-RS) e os

representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Carla Carneiro, e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Luciano Ricardo Roda. Eles se mostraram preocupados com a questão social dos habitantes da região e apresentaram os projetos que vêm sendo realizados pela secretaria e pelo ministério na Amazônia brasileira e na faixa de fronteira.



Carla Carneiro, Garcia Brandão e Vanessa Grazziotin ouvem o consultor-geral da Advocacia-Geral da União, Arnaldo Godoy, ao lado de Luciano Ricardo Roda

Projeto cria novo seguro para trabalhador afetado por enchente

Os empregados que tiverem seus contratos suspensos pelo fato de o estabelecimento em que trabalham ter sido afetado por calamidade natural poderão fazer jus a seguro especial de emergência, conforme substitutivo elaborado por Antonio Russo (PR-MS) a partir de projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado na quinta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O projeto de lei agora será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais.

No texto original, Crivella propunha a concessão de seguro-desemprego. Russo ponderou que a medida contraria a legislação em vigor, que concede esse benefício no caso de desemprego, e não de suspensão de contrato.

Por isso, propôs alterar a Lei 7.998/90, que regulamenta o Programa do Seguro-Desemprego, para instituir o seguro especial de emergência. Segundo o substitutivo, o benefício deve ser pago em parcela única no valor de até duas vezes o

teto do seguro-desemprego (R\$ 1.010,34).

Para contemplar também os autônomos e empreendedores individuais, Antonio Russo acrescentou um crédito de emergência. O benefício deverá ser concedido na modalidade de empréstimo, com valor fixado em até três vezes o teto do seguro-desemprego.

Conforme a proposta, trabalhadores beneficiados com o seguro especial de emergência também poderão acessar o crédito de emergência. Russo propõe que esse crédito tenha carência de seis meses a um ano, podendo ser pago em até 36 prestações.

Os recursos para o seguro especial e o crédito de emergência serão provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Antonio Russo lembrou que vítimas de enchentes e outras catástrofes naturais ficam extremamente vulneráveis, pois “além de perderem familiares, móveis, roupas e a moradia, em muitos casos perdem também a capacidade de trabalhar”.

Senado ouvirá ministros da Pesca e da Agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiências públicas com os ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro, e da Pesca, Luiz Sérgio, para se discutirem os programas e os projetos das duas pastas.

Waldemir Moka (PMDB-MS) explicou que Mendes Ribeiro retornará ao Ministério da Agricultura no próximo dia 7, mas já manifestou interesse em participar do debate no Senado. O ministro está afastado desde o dia 14, quando foi submetido a uma cirurgia para a retirada de um tumor no cérebro.

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), informou que o ministro Luiz Sérgio também tem disposição para falar aos senadores sobre as prioridades do Ministério da Pesca.

As datas dos dois debates ainda serão divulgadas pela comissão.

Comissão aprova Fundo de Proteção a Recursos Hídricos

Projeto que autoriza o Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos foi aprovado na quinta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposta já passou pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e segue para a de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado de forma terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 139/09) do então senador Sérgio Zambiasi, o fundo visa financiar ações de preservação do solo e da mata ciliar em pequenas propriedades rurais, com o propósito de melhorar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos.

Como fontes de recursos, o projeto sugere, entre outras, dotações orçamentárias e

doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou internacionais. O fundo deverá ser gerido por órgão federal, que deverá fiscalizar projetos e programas financiados.

O texto original atribuiu essas funções à Agência Nacional de Águas (ANA), mas o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), apresentou emenda prevendo que o fundo “será gerido pelo órgão responsável pela gestão de recursos hídricos da União”, sob o argumento de que compete à Presidência da República a organização da administração pública federal.

Ao apoiar a matéria, Ana Amélia (PP-RS) lembrou prejuízos à sociedade resultantes da poluição e do assoreamento de rios no país.

Máquinas para agricultura familiar podem ficar sem IPI

Máquinas agrícolas e veículos de carga adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) poderão ficar isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Proposta nesse sentido, de Gim Argello (PTB-DF), também foi aprovada na quinta-feira pela CRA e será analisada pela CAE em decisão terminativa.

O projeto (PLS 200/11) prevê que, caso o bem seja vendido a pessoa não inscrita no Pronaf em até cinco anos após a

compra, o agricultor familiar será obrigado a recolher o imposto dispensado, acrescido de juros de mora.

Em voto favorável, o relator, Clésio Andrade (PR-MG), considerou que o incentivo contribuirá para reduzir os custos da produção agrícola familiar, segmento relevante para o mercado interno.

A CRA aprovou também o PLS 632/07, de Francisco Dornelles (PP-RJ), que estende benefícios fiscais da Lei 11.529/07 a diversas atividades, entre elas a pesca e produção de calçados.



O senador Acir Gurgacz, ao lado de Waldemir Moka, conduz reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Walter Pinheiro elogia programa de ensino técnico



Waldemir Barreto/Senado Federal

A entrada em vigor da lei que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi comemorada por Walter Pinheiro (PT-BA). Segundo o senador, a Lei 12.513/11 aumenta as oportunidades para formação técnica dos jovens, por meio da ampliação da capacidade das escolas e da interiorização das unidades de ensino, preparando profissionais para atender à "explosão" de vagas gerada pelo desenvolvimento da economia fora das capitais.

Gurgacz critica gestão de recursos para a educação



Waldemir Barreto/Senado Federal

"A má gestão dos recursos públicos aplicados na educação pública é a principal causa da baixa qualidade do ensino oferecido", opinou Acir Gurgacz (PDT-RO).

O senador disse que, dos 5 milhões de funcionários do setor, 3 milhões estão longe das salas de aula e que, se a relação professor/funcionário no Brasil fosse a mesma verificada nos países desenvolvidos, haveria no país apenas 706 mil funcionários fora da escola, segundo dados publicados pela revista *Veja*.

Crivella destaca documentário sobre Tancredo



Gerardo Magela/Senado Federal

O filme *Tancredo, a Travessia*, que conta a trajetória política do ex-senador e ex-presidente Tancredo Neves, foi elogiado por Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O senador ressaltou que o documentário, dirigido por Silvio Tendler e supervisionado pelo jornalista Roberto D'Ávila, mostra a atuação de Tancredo ao lado dos principais nomes da política brasileira da segunda metade do século 20, como Getúlio Vargas, Afonso Arinos, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Em audiência pública, debatedores cobraram proteção trabalhista para as pessoas que sofrem da doença; internações e transfusões as obrigam a faltar ao trabalho

Doentes de anemia falciforme pedem mais ação do governo

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA no Senado sobre a anemia falciforme, os debatedores pediram ao governo que crie programas para os doentes nos ministérios do Trabalho, do Esporte e da Previdência Social.

A anemia falciforme é uma doença hereditária e crônica do sangue que, sem tratamento, pode levar à morte. Os sintomas incluem dores no corpo e úlceras na perna. Segundo o Ministério da Saúde, 3 mil bebês nascem com esse mal todos os anos no país.

Ana Palmira Soares, coordenadora regional da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes, disse que a luta dos doentes é pela proteção do emprego. Frequentes, as

hospitalizações e as transfusões de sangue obrigam essas pessoas a faltar ao trabalho e elas ficam vulneráveis a demissões.

Na linha previdenciária, ela cobrou a concessão de benefício de prestação continuada não apenas em caso de desenvolvimento de sequelas graves. A médica Isaura Cristina Soares de Miranda, da Secretaria de Saúde de São Paulo, pediu ao Ministério do Esporte que viabilize em piscinas públicas a hidroterapia, que melhora a qualidade de vida do doente.

O presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras (Centrab), Marcelo dos Santos Monteiro, cobrou a criação de lei federal que garanta assistência integral aos doentes.

A anemia falciforme atinge pessoas com ascendência africana – negras ou não. Segundo a ministra da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, muitos profissionais de saúde desconhecem a anemia falciforme.

Elvis Magalhães, da Associação Brasileira de Pessoas com Doenças Falciformes, lembrou que o transplante de medula óssea pode curar a doença.

Paulo Paim (PT-RS), Paulo Davim (PV-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marta Suplicy (PT-SP) e Wellington Dias (PT-PI) disseram que o poder público precisa oferecer mais assistência aos doentes.

O debate foi realizado pela Comissão de Direitos Humanos.



Músicos se apresentam na audiência que debateu a anemia falciforme, doença que afeta principalmente os negros

Suplicy parabeniza Paim por audiência pública sobre doença

Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou no Plenário o colega Paulo Paim (PT-RS) por ter organizado uma audiência pública sobre a doença na quinta-feira passada.

Naquele dia, celebrou-se o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes. A data é resultado

da aprovação em 2009 de um projeto de lei feito por Paim.

– Paulo Paim criou, com essa data, a oportunidade de uma reflexão muito importante.

No pronunciamento, Suplicy ainda leu trechos de uma reportagem sobre a anemia falciforme publicada no mesmo dia pelo *Jornal do Senado*.



Suplicy: Dia dos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes é importante

Conselho propõe meio de atrair médicos ao interior

O presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto d'Ávila, defendeu a criação de carreiras de Estado, principalmente para médicos do Sistema Único de Saúde (SUS) que atuem com a atenção básica, como forma de

atrair médicos ao interior.

O dirigente encontrou-se com o presidente do Senado, José Sarney, na quinta-feira.

– Faltam médicos no interior, enquanto sobram nas capitais e nas grandes cidades. Por isso, é necessária uma política pú-

blica de interiorização – disse.

O presidente do CFM defendeu o projeto que regulamenta o exercício da Medicina (SCD 268/02) – conhecido como Ato Médico – que encontra-se na CCJ com o relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Marta alerta para tendência de subida dos casos de Aids

Marta Suplicy (PT-SP) disse que o último boletim de Aids do Ministério da Saúde, de 2010, mostrou uma preocupante tendência de aumento de casos de Aids em praticamente todo o território brasileiro.

De acordo com o boletim, afirmou a senadora, a incidência da doença no país aumentou, passando de 19,8 casos por 100 mil habitantes em 2008 para 20,1 em 2009 – ano no qual foram registrados 38.538 novos casos de Aids.

Marta Suplicy disse que muitos soropositivos nem sequer sabem que são portadores do vírus HIV.

Geovani celebra campanha contra câncer de mama

Geovani Borges (PMDB-AP) exaltou o movimento popular internacional contra o câncer de mama conhecido como Outubro Rosa.

Segundo o senador, a estratégia de iluminar de rosa monumentos e prédios públicos se reveste de um simbolismo belíssimo e mantém firme no mundo o propósito de estimular a prevenção da doença e o diagnóstico precoce. Ele lamentou que, em muitos hospitais públicos, haja "mamógrafos encaixotados à espera de decisões burocráticas".

Amorim comemora recursos para hospital em Sergipe

A liberação dos recursos originários de emenda da bancada de Sergipe ao Orçamento da União para a construção do Hospital do Câncer no estado foi comemorada por Eduardo Amorim (PSC-SE).

A emenda foi proposta pelo senador na época em que era deputado. A mobilização pela criação do hospital – a caravana chamada de Unidos pela Vida – resultou na coleta de 150 mil assinaturas em quatro meses, que foram entregues ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de quinta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Marta Suplicy • Paulo Davim • Roberto Requião • José Sarney • Ana Amélia • Clésio Andrade

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Lúcia Vânia, presidente da CI, que aprovou a determinação

Rede subterrânea pode ser obrigatória antes do asfalto

Os municípios passarão a ser obrigados a implantar redes subterrâneas de água, esgoto, energia elétrica e telefonia antes de pavimentar as vias. A prefeitura que não observar a regra ficará impedida de obter financiamento federal para obras viárias municipais. A determinação consta de projeto de lei (PLS 119/11) aprovado quinta-feira pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A proposta ainda depende de exame na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa, antes de ser encaminhada à Câmara dos Deputados.

De autoria de Acir Gurgacz (PDT-RO), projeto estabelece, como diretriz geral da política de desenvolvimento urbano, a criação de redes subterrâneas de infraestrutura de serviços urbanos antes da pavimentação das ruas.

Para isso, a proposta altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766/79).

A proposta, ressaltou Acir Gurgacz, vai obrigar as prefeituras a elaborar projetos de infraestrutura completos. Em sua avaliação, as obras devem seguir uma ordem natural para não resultar em prejuízo ao Estado.

Jucá destaca programas para os municípios

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) registrou quinta-feira em Plenário dois programas do governo federal que considera importantes: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para abastecimento de água e coleta de esgotos e o PAC das cidades históricas.

O primeiro, disse, tem previsão de investimento de R\$ 45 bilhões, para "buscar a universalização do abastecimento de água e enfrentar o desafio do esgotamento sanitário" nas cidades brasileiras.



Waldemir Borretto/Senado Federal

Jucá: R\$ 45 bi para água e esgoto

O parlamentar disse ser muito importante que as prefeituras se inscrevam até novembro, apresentando projetos executivos bem feitos.

Já o PAC das cidades históricas recebe inscrições até 9 de dezembro. O programa garante recursos para reestruturação urbana e recuperação de imóveis históricos.



Acir Gurgacz (D), relator do projeto, conversa com Walter Pinheiro. Ao fundo, Reditário Cassol

Projeto garante orientação a passageiros sobre trombose

As empresas de transporte de passageiros poderão ser obrigadas a orientar o usuário das linhas de longa distância sobre a prevenção da trombose venosa profunda (TVP). É o que propõe projeto aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLC 121/10) determina que a empresa apresente, no próprio bilhete de passagem, recomendações para evitar o problema, que

atinge um em cada mil brasileiros por ano.

A doença consiste na formação de coágulo no interior das veias que, ao se desprender e circular pela corrente sanguínea, pode causar embolia pulmonar e ser fatal. Não cruzar as pernas, mudar de posição com frequência, fazer pequenos exercícios durante a viagem e não colocar bagagens embaixo das poltronas são algumas das medidas preventivas da TVP, disse o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO).

Participantes de audiência recomendam que governo priorize o aumento do índice de desenvolvimento humano em vez de lutar pelo crescimento do produto interno bruto

IDH é mais importante que o PIB, dizem especialistas

OS GOVERNANTES BRASILEIROS devem encarar como mais importante promover o aumento do índice de desenvolvimento humano (IDH) do que apenas lutar pelo crescimento do produto interno bruto (PIB), segundo debatedores em audiência pública da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. A reunião, na noite de quinta-feira, teve o tema "Desigualdade: como reduzir". O presidente do colegiado, Cristovam Buarque (PDT-DF), concordou com os palestrantes.

O coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), Perci Coelho de Souza, disse esperar que a Rio+20 sirva para que os países participantes façam um balanço de todas as ideias, conceitos e promessas defendidas na Eco 92. O professor fez algumas sugestões para ajudar o Brasil a amenizar a desigualdade: diminuir a degradação ambiental, dar mais voz para os movimentos sociais e adotar uma matriz energética socioambiental.

A secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, Esther Bemerguy de Albuquerque, afirmou, citando o economista Celso Furtado, que "desenvolvimento é diferente de crescimento econômico". Para ela, a desigualdade social foi globalizada. Esther defendeu a adoção de metas concretas de desenvolvimento sustentável, com indicadores para mensurar os avanços nesse campo. A secretária sugeriu investimentos em habitação, saneamento básico, educação,



Ana Volpog/Senado Federal

Professor da UnB, Perci de Souza fala aos participantes da audiência sobre algumas ações que o Brasil pode adotar para diminuir a desigualdade social

saúde e assistência social.

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Pedro Herculano Ferreira apresentou dados que apontam aumento médio da renda no Brasil de 22,4% entre 1995 e 2009. Desde 2001, frisou ele, a pobreza extrema caiu de maneira significativa, fruto principalmente da diminuição da desigualdade social proporcionada por políticas sociais e de assistência. Entre 2001 e 2009, segundo o pesquisador,

a desigualdade diminuiu 9%, contra apenas 1% entre 1995 e 2001. Ele alertou que, embora o país venha melhorando nas duas últimas décadas, "ainda é extraordinariamente desigual".

Pedro Herculano afirmou ainda que investimentos em educação funcionam de maneira muito efetiva e eficaz para atenuar as desigualdades e defendeu mudanças no sistema tributário brasileiro, que, em sua opinião, "penaliza os pobres".

CPI do Ecad ouve queixas de músicos em Salvador

Os procedimentos do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) para arrecadar e distribuir direitos autorais foram criticados ontem por artistas da Bahia, durante audiência da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de irregularidades no setor, realizada quinta-feira em Salvador.

Os autores ouvidos, como o poeta e músico José Carlos Capinam e o cantor e compositor da banda Asa de Águia, Durval Lelys, mencionaram músicas

amplamente divulgadas que, segundo seus cálculos, não arrecadaram o esperado.

Segundo Gabriel Valois, representante do Ecad na Bahia – também responsável pela arrecadação em Sergipe, Alagoas e região de Petrolina (PE) –, a entidade recolheu R\$ 15,5 milhões até setembro. Ele não soube informar, no entanto, quanto foi distribuído nesse período, informando que os recursos são centralizados no Rio de Janeiro.

O secretário de Cultura da Bahia, Albino Rubim, criticou o

"monopólio privado" do Ecad, para ele incompatível com a democracia.

Para o presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a audiência em Salvador mostrou que é preciso alterar a arrecadação e aumentar a fiscalização.

– Reafirmamos nossa convicção na regionalização do Ecad. O que for arrecadado deve ficar na própria região – disse.

Lídice da Mata (PSB-BA), que participou como relatora, defendeu o aumento da transparência das operações do Ecad.



Giselle Barbieri/Ass-Sen Randolfe Rodrigues

Randolfe Rodrigues (C) coordena reunião da CPI em Salvador, ao lado de Lídice da Mata: saída pode estar na regionalização

Queda de Orlando Silva é discutida em Plenário

A saída de Orlando Silva do Ministério do Esporte, na semana passada, em meio a suspeitas de corrupção, foi tema de pronunciamentos na quinta-feira. Membros do PCdoB, partido de Orlando, Vanessa e Inácio Arruda defenderam o ministro que sai e elogiaram o que entra – o também comunista Aldo Rebelo. Já Cyro Miranda estranhou que a legenda permaneça no ministério e Ana Amélia aplaudiu a reação de Dilma Rousseff.



Orlando Silva pediu demissão depois de ser alvo de denúncias



O deputado federal Aldo Rebelo, também do PCdoB, assume a pasta

Vanessa acredita na inocência de ex-ministro



A senadora destaca que o próprio Orlando Silva pediu investigações

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) classificou, na quinta-feira, como “levianas e falsas” as acusações contra ex-ministro do Esporte, Orlando Silva. Ele foi substituído no cargo pelo deputado federal Aldo Rebelo, também do PCdoB.

Segundo a senadora, as denúncias que apontam um esquema de desvio de verbas no âmbito do ministério se dirigem não apenas a Orlando

Silva, mas a todo o PCdoB, partido que ela considera “exemplo para as futuras gerações”.

Vanessa ressaltou que o próprio ex-ministro tomou a iniciativa de pedir a abertura de investigações quando as denúncias começaram.

Segundo a senadora, Orlando Silva pediu demissão para ajudar o governo “a continuar seguindo sem esse bombardeio da mídia”.

Para Inácio Arruda, mídia conservadora “atira” em inocente

Inácio Arruda (PCdoB-CE) citou William Shakespeare para criticar as denúncias na imprensa contra o ex-ministro do Esporte, Orlando Silva, que integra seu partido. De acordo com o senador, na peça *Medida por Medida*, o dramaturgo inglês diz que não há homem capaz de escapar da calúnia, por mais poderoso que seja.

O parlamentar disse que, no passado, um homem recorria a duelos para salvar a honra. E que, hoje, os duelos são proibidos, mas uma parte da “mídia conservadora” continua atirando contra inocentes.

Cyro afirma que “este não será o último escândalo”

Cyro Miranda (PSDB-GO) lamentou os casos de corrupção que atingem o governo federal e afirmou que o ex-ministro do Esporte, Orlando Silva, caiu tarde, deixando um grande estrago na imagem do Brasil na comunidade internacional.

– Pelo andar da carruagem, este não será o último escândalo do governo – declarou.

O senador disse considerar estranho que, com a escolha do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) como substituto de Orlando Silva, o cargo continue com o partido que tem sido acusado de irregularidades.

Ana Amélia elogia mudanças no ministério

Ana Amélia (PP-RS) elogiou a troca no comando do Ministério do Esporte. O deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) foi confirmado no cargo. Devido a denúncias de irregularidades na pasta, o ex-ministro Orlando Silva entregou seu pedido de demissão na quarta-feira.

Para a senadora, Dilma Rousseff tem agido corretamente nos casos de denúncias de corrupção, que já levaram a cinco substituições de ministros em menos de um ano de governo.

– Se não fosse a enérgica reação da presidenta, o governo poderia acabar contaminado.



Senador cita Shakespeare para dizer que ex-ministro foi vítima de calúnia



Para Cyro Miranda, corrupção é herança maldita do governo Lula



Ana Amélia aplaude “reação enérgica” de Dilma às denúncias

Cristovam: votação simbólica degrada a política

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou o que chamou de “coalizão de ferro”, em que os partidos não se importam com causas ou com a decisão que vão seguir em relação às propostas. Como exemplo, citou a votação simbólica, feita por acordo de líderes. Para ele, essa forma de votação faz parte da degradação da política.

Na votação simbólica, permitida pelo Regimento Interno do Senado em certos tipos de matéria, senadores se manifestam pela aprovação permanecendo sentados, enquanto os que se levantam votam pela rejeição. Os votos de cada senador não ficam registrados, o que aconteceria na votação nominal.

Cristovam afirmou que o

cinismo toma conta da classe política brasileira e que a justificativa de alguns políticos de que a corrupção é cometida por todos e de que não dá para fazer política sem irregularidades é ainda mais grave que os desvios de dinheiro público. Para o senador, esses desvios deveriam ser chamados de “ladroagem”, não de corrupção.

Mozarildo: servidor público é que faz o Estado funcionar

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou os servidores públicos em seu pronunciamento na quinta-feira. O Dia do Servidor Público foi comemorado na sexta, 28 de outubro.

– Quero cumprimentar os funcionários públicos de todo o país e, especialmente, os do estado de Roraima. São eles que realmente fazem o Estado funcionar bem – afirmou.

O senador lembrou que o servidor de Roraima não seja devidamente valorizado. Segundo ele, a ideia de que o funcionário público trabalha pouco não corresponde à realidade. O parlamentar destacou a qualidade dos servidores do seu gabinete e do Senado.

Mozarildo lembrou que também é servidor, como senador, médico e professor aposentado.

– Tenho muito orgulho de ter sido servidor público e ter sempre cumprido o meu dever – concluiu.



Senador pede maior valorização para os funcionários públicos de Roraima



Viana ressalta medidas que tomou para os servidores no governo do Acre

Funcionalismo deve ser valorizado, diz Jorge Viana

Jorge Viana (PT-AC) falou no Plenário sobre o Dia do Servidor Público, comemorado na sexta-feira. Na opinião do senador, a data é uma oportunidade para que a sociedade reconheça a importância dos funcionários públicos para o país.

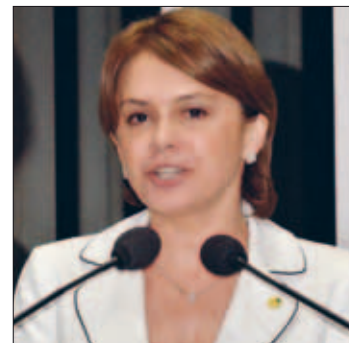
Ele contou que, quando assumiu o governo do Acre, em 1999, os servidores estaduais passavam por um momento de extrema dificuldade, com atrasos no pagamento do salário que chegavam a cinco meses. Oito anos depois, disse, os salários já eram pagos em dia.

O senador também afirmou que seu governo (1999-2007) deu início à elaboração de planos de cargos e salários dos servidores acrianos e à recuperação do poder de compra dos salários deles.

Angela Portela destaca papel no desenvolvimento

Angela Portela (PT-RR) destacou a importância dos servidores públicos para o desenvolvimento do país. Em seu pronunciamento na quinta-feira, ela lembrou que o Dia do Servidor, comemorado a 28 de outubro, foi instituído por Getúlio Vargas, em 1939, com a edição do Decreto-Lei 1.713, que definiu direitos e deveres para o funcionalismo.

– Todos sabemos que, sem a valorosa contribuição desses trabalhadores, o atendimento aos cidadãos, a prestação da Justiça, o aprimoramento das leis nas casas legislativas, a educação, a saúde, a segurança, a arrecadação federal, o cuidado com as fronteiras, tudo isso seria impossível – afirmou, destacando que o Brasil tem cerca de 10 milhões de servidores



Brasil tem cerca de 10 milhões de servidores, lembra Angela Portela

Casildo Maldaner propõe lazer como item da cesta básica

Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a importância do lazer na sociedade contemporânea e manifestou a esperança de que o Brasil siga a tendência mundial de “um novo conceito de cesta básica” que leve em conta o lazer.

O senador assinalou a “transformação sociocultural” que aumentou a consciência de que o bem-estar vai além do aspecto meramente biológico. Maldaner lamentou que, em certa medida, persista a exaltação do homem inteiramente dedicado ao trabalho. Para o parlamentar, o estímulo ao lazer é essencial para o combate ao estresse, “grande vilão dos dias atuais”.

– Até os problemas relativos à segurança tendem a diminuir – disse o senador, lembrando que a Constituição inclui o lazer entre os direitos do cidadão e que o Estado deve provê-lo.



Para o senador, o bem-estar das pessoas vai além do aspecto biológico